



**PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA FEDERAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO**

**11ª Vara Federal do Rio de Janeiro**

**Processo nº 0003581-34.2012.4.02.5101 (2012.51.01.003581-3)**

**Autor: SINDICATO DOS TREINADORES DE FUTEBOL PROFISSIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - STFPRJ**

**Réu: CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 1A REGIAO**

JRJTEL

**Decisão**

Trata-se de Ação Ordinária ajuizada por **SINDICATO DOS TREINADORES DE FUTEBOL PROFISSIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - STFPRJ** em face da **CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 1A REGIAO**, na qual pugna pela concessão de medida antecipatória, para garantir o livre exercício profissional de todos os técnicos de futebol cujas equipes atuarão em toda e qualquer competição de futebol, profissional ou amador, em todo território nacional ou fora deste, desde que o treinador seja vinculado ao STFPRJ, sob pena de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por cada ofício informativo, autuação oral ou escrita comunicando a proibição da atividade profissional de treinador.

Inicial de fls. 01/14, instruída com procuração e documentos de fls. 15/74. Custas recolhidas à fl. 17.

É o relatório do necessário. **DECIDO.**

No que concerne ao pedido de antecipação de tutela, urge ressaltar que, de acordo com a previsão contida no artigo 273 do CPC, há de se observar, para sua concessão, pressupostos que necessariamente devem estar conjugados na questão apresentada a julgamento, *verbis*:



Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

- I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou
- II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

Em análise perfunctória, característica deste momento processual, vislumbro a presença de fundamento relevante para a concessão da tutela antecipada requerida.

A Lei n. 8.650/93, ao tratar sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol, prevê em seu artigo 3º: *“O exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol ficará assegurado preferencialmente: I – aos portadores de diploma expedido por Escolas de Educação Física ou entidades análogas, reconhecidas na forma da Lei; II - aos profissionais que, até a data do início da vigência desta Lei, hajam, comprovadamente, exercido cargos ou funções de treinador de futebol por prazo não inferior a seis meses, como empregado ou autônomo, em clubes ou associações filiadas às Ligas ou Federações, em todo o território nacional.”*.

Com efeito, da leitura do supracitado artigo, em especial de seu *caput*, há expressa menção ao assegurar o exercício da profissão preferencialmente aos profissionais da educação física, mas não o faz exclusivamente.

De outro giro, a Lei n. 9.696/98, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de educação física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física, estabelece: *“Art. 1º - O exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física.”*

A discussão nos presentes autos, cinge-se em saber se os Treinadores Profissionais de Futebol são profissionais de Educação Física, e, em razão disso, necessitariam estar inscritos junto ao CREF 1ª. Região.





Com base em ambas as legislações, entendo não ser necessário o cumprimento de tal requisito. Senão vejamos.

Ao Treinador de Futebol caber orientar técnica e taticamente a equipe de futebol, bem como zelar pela disciplina dos atletas sob sua orientação, acatando e fazendo acatar as determinações dos órgãos técnicos do empregador (art. 4º, inciso I e artigo 5º, inciso I, da Lei n. 8.650/93). Os Clubes de Futebol tem em seus quadros profissionais de várias áreas, entre eles médicos, fisioterapeutas, fisiologistas, nutricionistas, preparadores físicos. Estes atuam em seus órgãos técnicos e estão sujeitos à inscrição nos respectivos conselhos de classe.

Aos profissionais de Educação Física, integrantes de Comissão Técnica nos clubes de futebol compete, de acordo com a Lei n. 9696/98; “Art. 3º. *Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamento especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e dos desporto.*”

Assim, os Treinadores de Futebol são integrantes da Comissão Técnica, da qual profissionais de várias áreas a integram e é a razão da desnecessidade de inscrição no referido Conselho.

Verifico, outrossim, restar caracterizada a existência do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação se a tutela for concedida somente ao final, porque os associados do Sindicato, ora requerente, estão sendo impedidos de trabalhar no pela Conselho Regional de Educação Física – 1ª. Região.

Diante do exposto, **DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA** ora requerida para garantir aos Técnicos de Futebol o livre exercício de sua profissão, independentemente de estarem inscritos no Conselho Regional de Educação Física da 1ª Região.



Cite-se.

P.I.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2012.

**VIGDOR TEITEL**  
Juiz Federal da 11ª Vara  
**Documento assinado eletronicamente**

Expediente nº 108/12  
28/3/2012